

CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL: Midiatização, Novas Tecnologias da Comunicação e populismo

CRISES OF LIBERAL DEMOCRACY: Midiatization, New Technologies of Communication and populism¹

Pedro Henrique Abelin Teixeira²
Danniel Gobbi Fraga da Silva³

***Resumo:** Muitos analistas e acadêmicos políticos têm analisado empiricamente a conexão da crise global com a ascensão do populismo. Entretanto, importantes autores entendem o populismo como a causa da crise da democracia liberal. O objetivo central desse artigo é discutir as bases teóricas dessa relação e analisar as proposições de causa e efeito pela literatura, fazendo uma crítica aos autores que entendem o populismo como fenômeno disruptivo, isto é, como causa da crise da democracia liberal. O trabalho visa analisar teoricamente como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) favorecem a ascensão de uma lógica populista nas conversações políticas e sua relação com a crise da democracia liberal e o aumento das desigualdades. A tese aqui defendida é de que a ascensão do populismo é desencadeada pelo fortalecimento da percepção de como as instituições democráticas falham em cumprir com a promessa de entregar bem-estar e justiça social.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Democracia do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

² Mestrando em Ciência Política (IPOL) pela Universidade de Brasília. Bolsista do INCT - Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação e membro do grupo de pesquisa Resocie – Repensando as Relações entre Sociedade e Estado (IPOL-UnB). E-mail: pedroabelin@gmail.com

³ Doutorando no Instituto Otto-Suhr de Ciência Política na Freie Universität Berlin (FU). Assistente de Pesquisa no projeto financiados pelo ERC (Conselho Europeu de Investigação) “Protest and Order. Democratic Theory, Contentious Politics, and the Changing Shape of Western Democracies”(POWDER). Pesquisador associado do grupo de pesquisa Resocie - Repensando as Relações entre Sociedade e Estado (IPOL – UnB). E-mail: dannielgobbi@gmail.com

Palavras-Chave: Crise da democracia. Populismo. Tecnologias da Informação e Comunicação.

Abstract: *Many analysts and political scholars have empirically analyzed the connection of the global crisis with the rise of populism. However, important authors understand populism as the cause of the liberal democracy crisis. The main objective of this article is to discuss the theoretical bases of this relationship and to analyze the propositions of cause and effect proposed in the literature, criticizing authors who understand populism as a disruptive phenomenon, that is, as the cause of the liberal democracy crisis. The paper aims at analyzing theoretically how Information and Communication Technologies (ICTs) favor the rise of a populist logic in political talks and its relationship with the crisis of liberal democracy and the increase of inequalities. The thesis here argued is that the rise of populism is triggered by the strengthening of the perception of how democratic institutions fail to deliver on the promise of welfare and social justice.*

Keywords: *Crisis of democracy. Populism Information and Communication Technologies*

Introdução

Em uma famosa democracia ocidental, um candidato à presidência ganha a eleição com um discurso pautado pela raiva, o ódio e o nacionalismo. Suas propostas para solucionar os problemas domésticos não vão muito além da construção de um muro fronteiro, a implementação de políticas de imigração mais rígidas e a ampliação do Estado Penal. Soa familiar? Em outra nação ao sul, um general pressiona a Suprema Corte de seu país a condenar o maior líder político da oposição de acordo com o “anseio de todos os cidadãos de bem”, pois o exército estava “atento às suas missões institucionais”, em uma mensagem que fazia referência não muito velada a um golpe de Estado. Em um terceiro país, solicitantes de asilo e refugiados estão sendo perseguidos por movimentos de extrema direita e encarcerados pelo Estado. Seu chefe de Estado afirma fazê-lo em defesa da herança cultural de sua nação. Para isso, pretende também reformar a constituição limitando o direito a protesto.

Neste ponto, o leitor já deve ter muitas sugestões sobre de onde esses exemplos foram tirados. Embora tenham sido inspirados nos EUA, no Brasil e na Hungria, respectivamente, o fato de essas cenas poderem ser observadas em diferentes lugares ao redor do mundo indica que a crise da democracia liberal é um fenômeno global. Dessa maneira, uma análise mais apurada exige que se vá além dos fatores locais das crises nacionais para entender esse como um problema sistêmico do capitalismo global, em que estruturas, atores e forças transnacionais têm uma posição central.

Muitos analistas e acadêmicos políticos têm analisado a conexão dessa crise com um fenômeno muito visível e imediato na política: a ascensão do populismo (por exemplo, ENGESSER; FAWZI; LARSSON, 2017; GERBAUDO, 2013; HATAKKA, 2016; MALONE, 2014). O objetivo desse artigo é explorar essa relação, fazendo uma crítica aos autores que entendem o populismo como a causa da crise da democracia liberal. A tese aqui defendida é de que a ascensão do populismo é desencadeada pelo fortalecimento da **percepção** de como as instituições democráticas falham em cumprir com a promessa de entregar bem-estar e justiça social.

Mais importante do que observar a crise como fator impulsionador do populismo – tomado aqui como um discurso que propugna mais soberania popular em rejeição às elites e ao establishment– é observar como as pessoas estão percebendo o impacto das instituições democráticas.

Crise, redistribuição às avessas e percepção

Embora exista forte correlação entre a crise e a percepção popular do fracasso das instituições democráticas, em que a crise precede a frustração popular, que entre realidade e percepção, existem alguns fatores de mediação que impactam de maneira decisiva. Em algumas crises, a população ainda pode ter alguma confiança em algumas instituições e no sistema político, se a narrativa dominante for de que essas instituições estão fazendo o que é necessário para "evitar um mal maior" ou "construir um futuro melhor". É essencialmente assim que políticas econômicas restritivas, a redução do bem-estar social e a privatização são vendidas por políticos e

empresários às pessoas: como um esforço coletivo, de “socialização de prejuízos”, mesmo quando beneficiam (para não dizer, quase sempre) os mais ricos em desfavor dos pobres. Nesse sentido, um sistema bem coordenado entre mídia, imprensa e partidos políticos da ordem passam a comparar as políticas neoliberais com um “remédio amargo” e necessário.

Ocorre, entretanto, que durante uma crise, há pessoas que são mais e pessoas que são menos afetadas por ela. Enquanto parte da população - normalmente a maioria menos influente - é chamada a fazer um sacrifício à nação, alguns grupos lucram muito com a crise e outros seguem com seus privilégios intactos – em contraposição à ideia de “sacrifício coletivo”.

Na crise política brasileira de 2015, esse processo de redistribuição às avessas fica bem evidente. Enquanto o governo cortava R\$ 69,9 bilhões de reais do orçamento público⁴, afetando principalmente a saúde, educação e dos investimentos em moradia, saneamento e infra-estruturar urbana, os bancos alcançavam lucros recordes. O registro oficial é de que o lucro dos quatro maiores bancos comerciais do país bateu a cifra recorde de R\$ 61,95 bilhões de reais⁵. Isso representa mais do que o dobro do obtido seis anos antes.

Após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o governo, mesmo amargando a maior taxa de reprovação da história⁶, passou não só a promover a necessidade de reformas trabalhista e previdenciária sob a justificativa de um controverso déficit, mas também a redistribuição de renda para diversos setores da economia. Somente uma dessas medidas de renúncia tributária teve impacto estimado em mais de R\$ 406 bilhões no ano de 2017, valor 7,6% maior do que ano anterior, quando as mesmas renúncias somaram 378 bilhões de reais, de acordo com cálculo da Receita

⁴Fonte: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1632501-governo-confirma-corte-orcamentario-de-r-699-bilhoes-pac-sofre-bloqueio-de-r-257-bilhoes.shtml>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

⁵Fonte: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/lucro-dos-maiores-bancos-volta-a-crescer-e-sobe-146-em-2017.ghtml>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

⁶ Fonte: <<https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-temer-atinge-maior-reprovacao-desde-ditadura-73-21896180>>. Acesso em: 01 abri. 2018.

Federal e do Tribunal de Contas da União⁷. Em outra medida, o Congresso aprovou uma redução de impostos para as petrolíferas que, sozinho, significou a perda de receita de cerca de R\$1 trilhão de reais ao longo de vinte e cinco anos.

Conforme demonstra Wolfgang Streeck (2012), entretanto, a crescente desigualdade de renda causada pela dessindicalização, pelos cortes severos nos gastos sociais e pela redução da demanda agregada derivada dos cortes fiscais é uma tendência global do capitalismo e seu permanente conflito distributivo. Quando a percepção sobre a desigualdade e a injustiça aumenta, as pessoas passam a desconfiar fortemente do “establishment”, da “elite” ou da própria democracia liberal. Os setores que podem ser incluídos na definição da elite – daqueles privilegiados que exploram o povo, no entanto, é uma questão não tão óbvia.

Quando as pessoas percebem o Estado como promotor de privilégios, injustiças e desigualdades, surge também uma frustração com a capacidade da democracia liberal de cumprir suas promessas de criar um governo que administre melhor o domínio da vida comum. E para aceitar essa hipótese, não é necessário aceitar qualquer postulado ontológico ou epistêmico que embase um conceito radical de democracia. Mesmo tomando uma definição conservadora de democracia como a de Schumpeter (1961), que entende que a principal função do eleitorado é eleger um governo e abster-se de fazer política (p.332), não se mantém no poder um governo sem confiança popular, uma vez que umas das premissas tácitas da democracia em Schumpeter é que “[...] o povo tem a oportunidade de aceitar ou rejeitar aqueles que vão governar” (p.347). Se o povo pode escolher e rejeitar os seus representantes, é razoável compreender que o ele espere que as promessas de melhores condições de vida – aquelas feitas nas campanhas e sem as quais um candidato dificilmente se elege – se concretizem.

Ainda que políticas econômicas tenham impacto na percepção da população sobre a desigualdade e a injustiça, elas não são o único fator. As percepções das pessoas sobre as instituições também dependem: a) do modo como a mídia enqua-

⁷ Fonte: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,projetos-de-renuncia-fiscal-podem-ter-impacto-de-r-667-bilhoes-ate-2020,70002269981>>. Acesso em: 01 abri. 2018;

dra as instituições, o Estado e a esfera pública; b) da realidade individual e coletiva das pessoas; e, c) das narrativas, discursos e explicações disponíveis para dar sentido a essas realidades. São esses elementos que pretendo explorar nas próximas seções desse artigo.

O bode expiatório da democracia liberal: uma concepção pós-materialista e metafísica do populismo

A ideia de que o populismo resulta de um fracasso da democracia liberal em cumprir suas promessas está longe de ser um consenso na comunidade acadêmica. No sentido oposto, alguns autores (por exemplo, MÜLLER, 2016; NORRIS; INGLEHART, 2018a) argumentam que o populismo é o responsável pelo enfraquecimento da democracia. Em seu livro recentemente publicado "Cultural Backlash: Trump, Brexit and the Rise of Authoritarian Populism" (2018), Pippa Norris e Ronald Inglehart veem o crescente apoio aos líderes populistas como a causa da ruptura dos "[...] padrões de competição partidária estabelecidos há muito tempo em muitas sociedades ocidentais contemporâneas" (p.4). Essa ideia, no entanto, não aborda as causas da crise política em um sentido mais amplo, mas reflete a crença dos autores sobre como o populismo afeta a democracia. Se assumíssemos que o populismo causa (ou amplifica) crises políticas, o que causaria o populismo, então?

Para essa questão, Inglehart e Norris (2017) argumentam que o populismo autoritário é uma reação materialista. A adesão à democracia liberal, ao contrário, seria explicada pelo controverso conceito de pós-materialismo, cunhado por Inglehart em 1971 com a publicação de "A Revolução Silenciosa na Europa: Mudança Intergeracional nas Sociedades Pós-Industriais". Segundo o autor, o apoio ou a rejeição à democracia liberal seria explicado pelas gerações – aquelas que vivem em tempos de mais prosperidade seriam pós-materialistas, enquanto aquelas que viveram períodos de maior dificuldade seriam materialistas.

Para Inglehart, houve uma grande mudança intergeracional na orientação de valores em democracias do pós Segunda Guerra Mundial, fazendo os jovens se identificarem com os valores do pós-materialismo. Esses princípios floresceram em

um contexto de grande segurança existencial e desenvolvimento econômico, emergindo-se noções e convicções progressistas, como igualdade de gênero, liberdade de expressão e respeito pelas minorias políticas. A mudança intergeracional na qual os jovens migraram do materialismo para o pós-materialismo provocou uma profunda transformação política cultural, desde mudanças religiosas ao apoio em larga escala aos Partidos Verdes. Inglehart e Norris argumentam, no entanto, que as profundas transformações culturais causadas pelo pós-materialismo provocaram uma reação materialista, especialmente pelas gerações mais antigas, que perceberam seus valores religiosos e morais, marcadamente conservadores, excessivamente atacados. Consequentemente, a reação materialista fomentou a decadência do voto de classe social, criando sérias dificuldades para os partidos de esquerda e abrindo caminho para o surgimento de líderes e partidos populistas e xenófobos (INGLEHART; NORRIS, 2017).

Apesar de acreditarmos ser desnecessário explicar porque o recorte geracional é muito limitado para explicar comportamento político, a popularização do conceito de Inglehart demonstra o contrário. Há que se ressaltar que a experiência material e as condições de vida de uma geração não são homogêneas. Entre pobres e ricos, homens e mulheres, negros e brancos pertencentes a uma mesma geração há muita diferença nas condições de vida – e a literatura também já demonstrou isso extensamente. Utilizar geração como unidade de análise associando-a a bem-estar e acesso a recursos, entretanto, parece ser uma boa alternativa para quem não quer usar o conceito marxista de classe.

Além disso, o próprio conceito de pós-materialismo é extremamente limitado para explicar a ascensão (ou reação) populista. Trata-se de uma concepção metafísica, imprecisa e invocada num contexto em que parecia faltar uma percepção mais concreta da realidade. A concepção de que aqueles que vivem dentro desse paradigma agiriam de maneira mais altruísta esconde o debate sobre as causas da reprodução das desigualdades, mesmo dentro de um suposto universo pós-material, legitimando, a priori, esse sistema político cultural. Embora Norris e Inglehart vinculem a ascensão do populismo ao aumento da desigualdade no mundo, os autores

afirmam que "[...] a onda de apoio aos populistas, em última instância, reflete a insegurança econômica" (2017, p.442), concebendo, sobretudo, essa ascensão como uma reação a rápidas e profundas mudanças culturais.

Parece, entretanto, um tanto óbvio que aqueles que se sintam mais identificados com uma ordem política, defendam-na. Mas a ideia de que os fatores para formação de identidade vão além de um cálculo racional (e podem até mesmo ir contra os ganhos materiais individuais) contraria a tradição utilitarista.

Apesar de reconhecerem essa complexidade, ainda há uma tendência dos autores a reduzir o debate sobre as causas da ascensão do populismo a uma disputa moral (de valores) e geracional, sugerindo até mesmo a superação de clivagens políticas dominadas pelo conflito social distributivo (p. 445). Esse enquadramento analítico não explicaria, por exemplo, a mudança de voto de históricos grupos de eleitores da esquerda para a direita, que os autores definem como uma transição da polarização de classes para uma polarização de valores, que dominaram as eleições nos EUA, por exemplo. Tufis (2000, p.55) argumenta que quando as pessoas atingem certo nível de segurança econômica e física, elas não mudam seus princípios para valores pós-materialistas, mas passam para outros valores materialistas, cobijando mais. O pensamento de Tufis ilustra uma das diversas fragilidades da noção pós-materialista – que patologiza o populismo na democracia.

A ideia de que o populismo deve ser responsabilizado pela crise política, contudo, tem outros adeptos. De acordo com Müller (2016, p.101): "[...] sempre existe a possibilidade de um ator falar em nome das "pessoas reais" como uma forma de contestar elites atualmente poderosas" e que "[...] é preciso ser bastante obtuso para não ver a atração de tal noção de dominar coletivamente" (p. 78).

Nessa perspectiva, a ascensão do populismo depende mais da existência de atores políticos dispostos a encarnar as promessas não cumpridas da democracia do que da abertura popular a tais ideias. Isso não explicaria, por exemplo, por que Bolsonaro - um extremista de direita e, dentro dessa concepção, também um populista autoritário - acabou se tornando tão popular recentemente, depois de mais de 25 anos de carreira política.

Contrariando Müller, parece bastante plausível aceitar que não apenas a oferta de discurso populista é necessária para que ele cresça. A abertura à fala e à política populista, tomada por Müller como uma realidade a ser negada apenas por um “obtusos”, é uma fragilidade de seu conceito. Isso porque a abertura ao populismo não pode ser explicada como um fato social constante. Ela depende do grau em que a população desconfia das instituições para exigir mais soberania popular.

Nesse sentido, a política populista floresce nas democracias liberais sempre que as instituições falham em sustentar a fé do povo na capacidade do sistema de proporcionar justiça social e bem-estar. Em um sentido weberiano, a existência e conservação de qualquer regime político dependem de sua capacidade de manter a legitimidade. Como ele argumenta, “[...] para que o Estado prevaleça, o povo governado deve, portanto, submeter-se à autoridade reivindicada por aqueles que governam na época” (WEBER, 2008, p. 157). Se este governo é, no entanto, percebido como injusto e indesejável, ou como a “[...] forma na qual os indivíduos de uma classe dominante afirmam seus interesses comuns, e na qual toda a sociedade civil de uma época é resumida”, como Marx e Engels argumentam (1970, p. 80), a sociedade estará mais aberta aos discursos políticos que se apresentam como alternativa à democracia liberal “corrupta” ou “classista”. Não é necessário, porém, ser marxista para entender que, sempre que a confiança do povo no estado e na sua capacidade de gerar o bem social diminuir, os discursos que prometem mais justiça social ao povo encontrarão mais ressonância. Diferentes tipos de populismo, movimentos autoritários e outras alternativas podem surgir e se fortalecerem nessa situação.

A aceitação da população aos discursos populistas leva-nos ao pensamento de Offe (1984) sobre como a necessidade de o Estado praticar e ocultar seu caráter classista ao mesmo tempo o leva a uma perturbação estrutural. O papel ideológico da igualdade política é fundamental para a afirmação da neutralidade do Estado capitalista, que, segundo Offe, assume funções de classe que reivindicam uma noção de universalidade, mas defende interesses privados de grupos poderosos. Embora o Estado precise responder perante o povo, a redução do estado desencadeada pela política neoliberal o privou da capacidade de fazê-lo. Este é um processo de transfe-

rência de poder para agentes privados, que se configura como uma espécie de "soberania do mercado", pregando que o Estado e qualquer tipo de governança pública e comum devem ser evitados a todo custo. Quando isso acontece, não apenas as empresas privadas se tornam mais e mais poderosas, mas os Estados são considerados ineficientes e são jogados a uma situação de desmonte e de incapacidade de cumprir o que prometem. O sistema político se transforma, então, na manifestação dos interesses privados em detrimento dos interesses da população.

Um distúrbio estrutural do estado capitalista, no entanto, surge na medida em que o Estado precisa praticar e ocultar seu caráter de classe (OFFE, 1984, p.163). Sua prática manifesta-se na seletividade de um Estado que, em sua missão de salvaguardar os interesses do capital global dos conflitos anticapitalistas, opera de maneira repressiva, a fim de proteger a identidade de classe oculta do Estado e de mascarar a polarização de classes e a luta de classes. Quando o Estado não consegue mais esconder sua seletividade classista, entretanto, sua legitimidade fica comprometida. Interessante é notar, entretanto, que em várias situações de crises - em que a concentração de renda e a desigualdade ficam evidentes - a rejeição popular pode não alcançar as corporações capitalistas.

Isso leva uma situação bastante contraditória de uma crescente rejeição da população ao establishment político - que com todos os vícios ainda precisa responder às maiorias sociais às vezes combinada com uma defesa do capitalismo, da liberdade econômica e de oligopólios empresariais - que não respondem a ninguém, a não ser aos detentores de capital. Isso soa como uma contradição e, usando as palavras de Davies (2017, p. 415), deve-se perguntar:

Como pode ser razoável (se não racional) e compreensível se opor aos próprios serviços e intervenções do governo que poderiam melhorar de forma crível as condições físicas e o bem-estar econômico das pessoas, preservando seu hábitat natural e defendendo-as de negócios oportunistas?

Para responder a esse questionamento, entendo ser necessário ir a um nível de análise mais reduzido. Um trabalho etnográfico que lida com a percepção das pessoas e se aprofunda na compreensão de perspectivas pode nos ajudar a responder a essa pergunta, que é o que pretendemos fazer na próxima seção.

Identidade e as profundezas da desilusão política - Da teoria de Laclau ao trabalho etnográfico de Hochschild

Com base em um trabalho etnográfico de cinco anos conduzido no estado de Louisiana, nos Estados Unidos, Arlie Hochschild inicia seu livro “Strangers in their own land: Anger and Mourning in the American Right” (2016) com a história de Mark Schaff, um pequeno agricultor e defensor do *Tea Party* que foi vítima de um dos desastres ambientais mais estranhos e devastadores dos Estados Unidos. Um desastre que roubou sua casa e comunidade - um sumidouro que devorou árvores de cem metros de altura e virou 40 acres de pântano de cabeça para baixo (p.4).

Apesar de ter sido vítima de um desastre causado por uma empresa de perfuração frouxamente regulamentada, Mike defende “[...] a desregulamentação governamental de todos os tipos, bem como drásticos cortes nos gastos do governo - incluindo os de proteção ambiental” (p.5). Isso, explica a autora, constitui um grande paradoxo, pois a Louisiana está classificada nas últimas posições na maioria dos indicadores sociais e econômicos dos Estados Unidos. Além de estar ameaçada pela elevação do nível do mar e por furacões graves, 44% do orçamento de Louisiana vem de fundos federais. No entanto, a maioria do seu povo tem aversão política à ideia de dotar o governo com as capacidades necessárias para defender seu meio ambiente e ajudar a trazer melhores condições de vida.

Esse tipo de paradoxo é mais uma regra que uma exceção e ainda ocupa a agenda de muitos analistas políticos. Em seu influente livro “On Populist Reason”, Laclau(2005) também nos apresenta o problema dos trabalhadores franceses que migraram seus votos e apoio do Partido Comunista para Frente Nacional Francesa. Isso deu origem às noções de “lepenismo de esquerda” e “Operário-lepenismo” para designar “[...] eleitores que antes ‘pertenciam’ ao eleitorado da esquerda clássica, especialmente do Partido Comunista, mas que migraram para a extrema direita” (2005, p. 88)

Uma das maiores causas da incompreensão do populismo e da rejeição do eleitor ao establishment é o individualismo metodológico e suas derivações, especi-

almente a teoria da escolha racional. Ter pessoas movendo seu apoio de um para outro lado do espectro ideológico não corresponde às expectativas de um modelo que tem como premissa a concepção de indivíduos com preferências e restrições predefinidas. Esta é uma das diferenças mais notáveis do trabalho de Laclau sobre o populismo em comparação com seus antecessores. Ele começa sua publicação afirmando que "[...] a questão principal abordada neste livro é a natureza e a lógica da formação das identidades coletivas" (p. IX). Hochschild segue o mesmo caminho em sua etnografia colocando em questão as suposições do individualismo metodológico e da teoria da escolha racional:

MacGillis sugere que os eleitores realmente agem em seu próprio interesse. Mas será que isso ocorre? A ideia de "dois pontos altos" não explica por que os eleitores do Estado vermelho que não eram bilionários se opuseram a taxar bilionários, cujo dinheiro poderia ajudar a expandir uma biblioteca local, ou melhorar um parque local (2016, p.11, tradução livre).

Hochschild encontra a resposta que procurava, quando captou um sentido profundo de moralidade, a lógica e os sentimentos que moviam aqueles que ela tentava entender. Como Davies (2017, p.416, tradução livre) resume em sua revisão do trabalho de Hochschild:

À medida que entra no mundo deles, Hochschild descobre um feroz senso de moralidade que, por incrível que pareça, está mais à vontade com o capitalismo destrutivo do que com a política ou regulamentação liberal. Não é que os entrevistados não saibam que os negócios causaram a poluição e ameaçam sua saúde e segurança. Mas os negócios são honestos sobre sua função. Quando alguém diz a ela "uma empresa tem um trabalho a fazer"; está fazendo coisas que as pessoas querem e precisam. Assim como as pessoas têm que ir ao banheiro, as plantas também. Você não pode simplesmente não fazer" (p. 166). "A poluição é tão natural quanto urinar; a Agência de Proteção Ambiental está em negação". É amplamente aceito que os negócios são gananciosos, mas há algo nisso. [...] O capitalismo, nessa perspectiva, é punitivo, egoísta, mas honesto. Ele fornece as mercadorias e os danos ocasionais que você espera. O governo, entretanto, é gentil, altruísta, mas desonesto. Não cumpre suas promessas. Aqueles em Washington que falam de proteção ao consumidor, proteção ambiental e "fidelidade" não apenas ameaçam prejudicar os empregadores (incluindo todos aqueles poluidores notórios), eles são incapazes de aplicar essas normas de qualquer maneira consistente. Em última análise, seus planos são apenas conversa fiada.

Nesse sentido, fazer política não é apenas uma questão de racionalidade pura e de busca do interesse individual. Para entendê-la, é preciso mergulhar no estudo dos valores morais, da percepção que os sujeitos políticos têm da realidade e, conforme Laclau argumenta, ir para dentro da identidade e das representações dis-

poníveis para os descontentes, para mostrar sua rejeição ao "estado das coisas" (2005, p.88, tradução livre):

Houve tradicionalmente na França um voto de protesto de esquerda, canalizado principalmente pelo Partido Comunista, que cumpriu o que Georges Lavau chamou de "função tribunicial", sendo a voz daqueles que foram excluídos do sistema. Então, claramente, foi uma tentativa de criar um "peuple de gauche", baseado na construção de uma fronteira política. Com o colapso do comunismo e a formação de um centro no qual o Partido Socialista e seus associados não eram muito diferentes dos gaullistas, a divisão entre esquerda e direita tornou-se cada vez mais imprecisa. A necessidade, contudo, de um voto radical de protesto permaneceu e, como os significantes de esquerda abandonaram o campo da divisão social, esse campo foi ocupado por significantes da direita. A necessidade ontológica de expressar a divisão social era mais forte do que o seu apego ôntico a um discurso de esquerda que, de qualquer maneira, não tentava construí-lo por mais tempo. Isso foi traduzido em um movimento considerável de ex-eleitores comunistas para a Frente Nacional.

Essas narrativas, no entanto, apontam para outro problema. Se as pessoas comuns não estão vivendo os acontecimentos diários da política, como elas entendem isso? Como podem entender o parlamento, os representantes e a administração central sem experimentá-lo? Isso nos leva a outro debate central, que é o impacto da mídia em uma democracia.

Mediatização, Novas Tecnologias da Comunicação e Populismo

A percepção que os povos fazem de suas instituições, governos e políticos não é dada apenas por suas experiências diretas, mas principalmente pela mediação feita pelos meios de comunicação que criam narrativas para explicar e enquadrar performances, leis, políticas e tudo o que interessa à esfera pública (GANS, 1979; KATZ; BLUMLER; GUREVITCH, 1973). Seria muito ingênuo entender esses meios de comunicação como atores neutros, diferentemente do que é amplamente discutido na literatura, uma vez que as corporações que estão inseridas nas lutas políticas têm seus próprios interesses e conexões profundas dentro da sociedade. Como Offe argumenta, "[...] a formação política da opinião pública é feita sob o controle direto da mídia de massa, organizada em termos capitalistas, o que lhes dá a

capacidade de, assim, suprimir em larga escala a articulação do anticapitalista e o sucesso de estratégias hostis” (OFFE, p.143).

Essa suposição tem três consequências básicas: primeiro, chama a atenção para o fato de que os meios de comunicação têm um impacto marcante na criação de legitimidade política, pois exercem forte influência sobre a percepção das pessoas; segundo, implica que o governo autoritário que controla os meios de comunicação de massa também pode gozar de mais estabilidade do que pode ter e, com isso, ter um impacto mais forte na percepção do cidadão; e, terceiro, chama a atenção para o imenso impacto que as mídias sociais têm ao criarem uma dinâmica diferente no sistema midiático conectando massivamente e dialogicamente os internautas - algo inédito na história da humanidade (WELLMAN; HAYTHORNTHWAITE, 2002).

A internet e as mídias sociais, entretanto, não criaram uma forte esfera pública democrática como alguns otimistas cibernéticos esperavam. Além disso, a mídia empresarial e as grandes corporações ainda ocupam espaço central na criação e distribuição de conteúdo contestando a ideia de que os telespectadores passariam a ser produtores e consumidores de conteúdo ao mesmo tempo [*produsage*] (BRUNS, 2008). A afinidade entre as mídias sociais e o populismo tem sido objeto de vários estudos que destacam como os usos das tecnologias impactaram a comunicação política, facilitando a disseminação de notícias falsas, aprimorando as bolhas de filtro e criando *bots* sociais para influenciar a esfera pública (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; BESSI; FERRARA, 2016; PARISER, 2011; SHAO et al., 2017).

Como demonstra Gerbaudo (2018, p.746), é possível constatar que os candidatos populistas utilizam de maneira intensa as mídias sociais. Para além disso, Gerbaudo argumenta que o amplo “know how” de uso das mídias sociais é uma característica de candidatos e movimentos populistas, da direita à esquerda. O ceticismo com a mídia de massa, que sempre se associou a questões e conflitos específicos, tornou-se acusação usual e geral pelos populistas (Schulz, Wirth, Müller, 2018, p.19), acusando de “fake news” os seguidores da mídia de massa e marcando sua posição como “povo” em oposição aos interesses da elite reproduzidos pela mídia.

Para além desse aparente “know how” que os populistas possuem sobre as mídias sociais, estudos estimam (Bessi e Ferrara, 2016) que mais 400 mil bots foram mobilizados na campanha eleitoral dos Estados Unidos de 2016, em que bots apoiadores de Trump enviesaram a percepção da população sobre o candidato, sobretudo criando uma ideia de que Trump possuía amplo apoio popular. Bessi e Ferrara demonstram que os bots influenciavam a discussão do Twitter para que não fossem gerados tweets negativos contra o candidato republicano (p.8). Da mesma forma, Bastos e Mercea (2018) também indicam como uma rede de 13493 bots no Twitter influenciou o referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia. No Brasil, pesquisas recentes apontam como os bots também atuaram nas eleições presidenciais, sobretudo com o então candidato Jair Bolsonaro, que possuía cerca de 400 mil seguidores bots⁸. Mesmo após ser eleito Presidente da República, Bolsonaro, que utiliza o Twitter como seu principal meio de comunicação, continua sendo acusado de estar envolvido em ampla rede de bots⁹.

No entanto, deve-se considerar também que as facilidades oferecidas pelas Tecnologias da Informação e comunicação (TIC) à organização de protestos (CAROTHERS; YOUNGS, 2015; GARCÍA et al., 2014; GERBAUDO; TRERÉ, 2015) podem representar não apenas ameaças, mas também oportunidades à democracia, pois dão mais espaço para ressoar a voz dos descontentes e criam uma dificuldade adicional ao abuso de poder e acordos obscuros alcançados entre instituições e lobbies poderosos (VOLK, 2017). A Internet também parece oferecer oportunidades de participação para muitas pessoas que, de outra forma, achariam desconfortável falar sobre política em seus espaços cotidianos de convívio (FUCHS, 2014; KAVADA, 2010; STROMER-GALLEY, 2002).

⁸ Fonte: <<http://www.justificando.com/2018/07/04/400-mil-seguidores-de-bolsonaro-no-twitter-sao-robos-aponta-estudo/>> Acesso em: 29 mar 2019

Fonte:<<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/10/19/aumentacao-de-robos-pro-bolsonaro-no-twitter.htm>> Acesso em: 29 mar 2019

Fonte⁹:<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/apos-eleicao-perfis-falsos-e-robos-pro-bolsonaro-continuam-ativos-aponta-estudo.shtml>> Acesso em 29 mar 2019

Nesse sentido, as TIC criam um impacto único na esfera pública, uma vez que: a) reduzem o impacto da mediação feita pela mídia e seus "porteiros"; b) aumentam as interações entre as pessoas; e c) tornam mais evidente o caráter classista do estado capitalista. Por isso, o surgimento dessas novas tecnologias também está associado ao crescimento do populismo e à desestabilização da democracia liberal.

Antipopulismo como expressão elitista

Tendo em vista a literatura citada sobre o populismo ver, por exemplo, Cox; Müller; Pippa Norris e Inglehart), consideramos que o fenômeno pode ser entendido como inerentemente negativo se analisado sob uma perspectiva elitista. Segundo esse viés, o populismo não seria alternativa à democracia liberal e caberia à população aceitar este regime de governo como aquele mais apropriado – histórico e socialmente –, mesmo que, de forma geral, inclusas as condições de vida cada mais degradantes da população como um todo. Os custos políticos de uma democracia liberal seriam - como hoje as entendemos, e conforme leituras elitistas, menores do que os sob regimes atravessados pelo populismo. Os analistas que acreditam na democracia liberal como um horizonte normativo supremo entendem que aceitar o governo de instituições liberais é a única opção - mesmo que reconheçam seus limites. Dessa forma, desenvolve-se uma visão que obriga o povo a aceitar as formas institucionais controladas pelas elites.

Laclau argumenta que existem formas de democracia além do marco simbólico liberal (2005, p.244). O autor usa como exemplo a teoria da hegemonia de Gramsci, que transcenderia a habitual distinção de Estado/sociedade civil, e que, no entanto, seria profundamente democrática, pois envolveria novos sujeitos coletivos no cenário histórico (p.244). Mouffe (1999), por exemplo, denunciando a tentativa liberal de domesticar a arena pública, afirma que “[...] devemos evitar cair na armadilha de um certo liberalismo e nos deixarmos apanhar pelo falso dilema entre uma alternativa radical à ordem existente ou a pura e simples 'alternância'” (p.24).

O conceito de democracia, no entanto, é objeto de constante disputa. Miguel (2002) afirma que, ao longo do século XX, houve uma expansão da aceitação do conceito de democracia como modelo normativo, ao mesmo tempo em que ocorreu uma deflação do seu significado. O autor argumenta que a "democracia" em seu conceito etimológico ou clássico - como "governo do povo" - está extremamente distante das noções de democracia dos regimes democráticos contemporâneos, especialmente porque esses regimes são baseados em suposições derivadas da "teoria das elites" (MIGUEL, 2002, p.485). Nesse sentido, Miguel expõe um processo de "ressemantização" da democracia que elegeu o argumento elitista como seu pressuposto, sobretudo, a tese da democracia competitiva de Schumpeter, que rejeita quaisquer noções de democracia como governo da maioria (MIGUEL, 2002, p.498).

Para Miguel, Schumpeter baseou sua visão em uma noção da natureza humana que condena a população à total ignorância política, afinal, na visão do autor austríaco, a população não saberia o que é melhor para ela porque era egoísta e desinformada (MIGUEL, 2002, p.500). No entanto, talvez a denúncia mais importante do pensamento elitista de Schumpeter feita por Miguel seja que, na visão schumpeteriana, não é suficiente mudar as instituições, afinal, a desinformação é encontrada em indivíduos, não em instituições (MIGUEL, 2002 p.500). A maioria das pessoas não tem condições de governar porque elas decidem irracionalmente e são facilmente manipuladas pelo político.

O modelo desenhado por Schumpeter é um retrato bastante fiel dos regimes políticos ocidentais, que permite que eles se apresentem como verdadeiras democracias. Mas é, de fato, um rebaixamento do ideal democrático. Significa a negação da possibilidade de qualquer forma substantiva de soberania popular. A participação do cidadão comum é reduzida ao mínimo, ao ato de votar. Schumpeter condena qualquer outra manifestação popular, até mesmo o simples envio de cartas aos representantes, como sendo uma intromissão indevida dos governados nas ações dos governantes. Ao mesmo tempo, o momento central da democracia concorrencial, a eleição, é desprovido de qualquer conteúdo, pois não indica a vontade do povo, nem mesmo a da maioria. (Miguel, 2002, p.502)

É importante notar como a "ressemantização" do conceito de democracia apontada por Miguel impacta profundamente a construção histórica pejorativa sobre a noção de populismo. Como o próprio Miguel argumenta (2012, p. 33), o populismo é um rótulo usado para reprovar todos os tipos de políticas redistributivas e qualquer

apelo retórico às classes populares no discurso político. E, acima de tudo, como as críticas ao novo surgimento do populismo estão inerentemente associadas a uma perspectiva elitista, na qual autores - que partem do pressuposto da democracia liberal como valor inquestionável- entendem que aceitar o governo das instituições é a melhor opção, mesmo que reconheçam os limites deste sistema. Ademais, como aponta Laclau, o populismo é um conceito recorrente empregado em grande medida e geralmente associado a uma profunda diversidade de movimentos políticos (2005, p.33). Mais do que isso, Laclau acusa que a literatura tem grande dificuldade (ou relutância) em dar ao conceito de populismo qualquer significado preciso. Além de ver o populismo como desviante do horizonte normativo liberal, vários autores (por exemplo, COX, 2017; MÜLLER, 2016; NORRIS; INGLEHART, 2018b) tendem a equiparar – sob o prisma de um espantinho populista - experiências políticas completamente diferentes na América Latina e na Europa, isto é, balizam experiências bastante distintas com base num ideal muito circunscrito.

Como aponta Vitullo (2001, p. 551), essa narrativa geralmente exige um mínimo denominador comum baseado em uma percepção formal do liberalismo democrático que pode levar a leituras reducionistas e generalizadas, gerando e fundamentando uma concepção democrática minimalista. Não por acaso, essa percepção formal do liberalismo democrático está associada a experiências europeias. Nesse sentido, vigora certa visão colonialista segundo a qual os “erros” das instituições costumam se localizar no sul global, ou seja, em países que não sejam os Estados Unidos, o Canadá e os europeus (do ocidente). O próprio escopo do que seriam democracias “funcionais” é estranhamente próximo aos modelos constitucionalistas de países ricos; os “erros” não seriam do modelo liberal, mas de usos particulares da democracia. Além disso, Vitullo argumenta que os autores geralmente definem a consolidação democrática como uma instituição de regras e procedimentos que efetua uma alternância rotineira de poder entre os rivais eleitorais, reduzindo a democratização à normalização das instituições políticas, o que é totalmente associado, como já vimos em Miguel (2002, p. 56), com uma visão elitista. Vitullo demonstra em outro texto

(2009) que a concepção da democracia representativa está ligada a uma visão específica da participação devido à conduta liberal dos valores modernos. O autor enfatiza a importância de que a democracia representativa supere sua conotação elitista e que a democracia também seja vista como uma forma de emancipação coletiva e autogoverno popular (p. 289). Não devemos renunciar a instituições fundadas em correntes políticas que não sejam a ideologia dos movimentos socioliberais; segundo Vitullo, a questão primordial é a necessidade de anular a equivocada identificação entre democracia e liberalismo (p. 296). Nessa perspectiva, existe um vínculo entre “democracias” (sobretudo EUA, Canadá e Europa ocidental), liberalismo e geopolítica.

Populismo: uma saída necessária?

Como a maioria da literatura mostra, o populismo é largamente baseado no apelo a uma ideia de povo (BRACCIALE; MARTELLA, 2017; HATAKKA, 2016; JAGERS; WALGRAVE, 2007; KIOUPKIOLIS, 2016) que é constituído, conforme Laclau (2005, p. 86), quando *plebe* se reivindica *populus* - “[...] a parte como um todo: já que a plenitude da comunidade é meramente o reverso imaginário de uma situação vivida como ser deficiente, aqueles que são responsáveis por isso não podem ser uma parte legítima da comunidade”.

Esse forte apelo a um povo que exclui certos grupos nos leva a importância do estabelecimento de antagonistas. A consequência natural desse enquadramento é que a política populista constrói um antagonismo entre o povo e seus inimigos, que são os responsáveis pela “vida deficiente” na comunidade, que também pode incluir minorias que não estão no poder, como imigrantes ou etnias marginalizadas, além de grupos ideológicos, como comunistas, liberais e conservadores que possam ser responsabilizados por uma alegada situação de degeneração. Como alerta Laclau, esse antagonismo, no entanto, só pode ser entendido em um sentido limitado, porque está inscrito em um contexto de heterogeneidade, onde vários outros elementos estão em interação provocando a flutuação das identidades. No entanto, esse traço -

a exclusão de parte da população do conceito de povo que se tornam antagonistas - não é exclusivo do populismo. Como política pressupõe conflito, é normal que opositores sejam alvos de uma política de exclusão (JAGERS; WALGRAVE, 2007, p. 323), mas a combinação da autodenominação de um grupo como defensor do 'povo' e a representação direta de um inimigo, um antagonista que deve ser combatido, funcionando como uma operação para trazer atores muito diferentes dentro da categoria de povo, é um traço muito típico do discurso populista. Para Laclau, esses antagonistas podem ser representados através de uma divisão que separa o povo de seus adversários dentro da comunidade, mas, no caso do etnopolulismo, argumenta, uma clara fronteira é estabelecida entre o povo, que é a comunidade, e seus adversários. Estes nunca poderão ser reconhecidos como parte da comunidade, pois os critérios para definir quem faz parte da comunidade, a identidade étnica, são cristalizados (p.170).

Como Laclau afirma, o discurso populista articula uma cadeia de demandas que ainda não foram atendidas- caso contrário, elas não seriam mais uma demanda (2005, p.127). Essas demandas, quando inscritas numa cadeia de equivalência e reconhecidas como populares, o que significa que todas elas são integradas como demandas de um grupo mais amplo, vão em oposição aos poderosos adversários que dominam o establishment. Nesse sentido, o discurso populista reivindica uma nova hegemonia, ao entender que as instituições são as armas dos mais fortes - uma minoria que domina a maioria.

Laclau (2005) expõe a importância de se conceber o populismo como lógica política, de forma neutra – sem valorá-la como inerentemente negativa ou positiva. O populismo, segundo Laclau, não se opõe a democracia, mas pode se expressar como forma radical de democracia.

Para ele, a estrutura simbólica que organiza a sociedade – e que é fundada em antagonismos – produz sentido e possibilita ocasião para se produzir politização e disputar a hegemonia dos procedimentos liberais, que são burgueses. Ou seja, para Laclau, a distinção é uma possibilidade de politização, de disputas por hege-

monia. As formas de distinguir constituem o social e produzem hegemonia. Na concepção de Laclau:

Na América Latina, durante as décadas de 70 e 80, a defesa dos direitos humanos fazia parte das demandas populares e assim constituía a identidade popular. Se (...) a identidade do “povo” for estabelecida apenas através de cadeias de equivalências, não existe motivo para pensar que o populismo que inclui os direitos humanos como um de seus componentes esteja descartado a priori (...) a defesa dos direitos humanos pode se tornar a mais premente demanda popular (Laclau, p.171, tradução livre).

Ainda que Laclau argumente que é necessária uma melhor e mais precisa definição do populismo, o autor não defende a adesão a essas práticas como necessariamente desejáveis em contextos democráticos, inclusive alertando em sua obra para o risco de o populismo mobilizar demandas que se transformem em ditadura popular ou totalitarismo. O autor argentino, assim como outros autores (por exemplo, GERBAUDO, 2013; RODRIK, 2017), entende que as instituições são dominadas pelas elites econômicas, as quais impõem um estado de coisas indesejáveis para a população, como arrocho aos trabalhadores, destruição do Estado de Bem-Estar Social e precarização das condições de subsistência, em que os processos de acumulação e concentração do capital geram uma deprivação tomada pela classe trabalhadora como inaceitável. Gerbaudo (2013, p.6) enfatiza ainda a existência de experiências de populismo progressista que englobam desde o Narodnik, na Rússia, até os mais recentes neopopulismos socialistas na América Latina, exemplificados por Hugo Chávez e Evo Morales. Rodrik (2017) associa o populismo como reação aos processos de acumulação extremamente desiguais da globalização e sugere o bom populismo¹⁰ que enfrente os interesses do grande capital limitando sua atuação com políticas redistributivas. Esses autores entendem que a organização populista progressista possa ser uma saída necessária.

¹⁰ Fonte: <<https://www.nytimes.com/2018/02/21/opinion/populism-new-deal.html>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

Conclusão

O aumento da desigualdade social é retroalimentado por um Estado capitalista que, conforme indica Offe (1984), opera de maneira extremamente seletiva, e seu caráter classista se dá pela própria natureza da democracia liberal. Acreditamos, contudo, que o aumento da desigualdade social precede o agravamento do descrédito das instituições perante a população. Nesse sentido, o populismo se configura como uma reação à crise e não sua causa. As evidências, no entanto, de uma relação de causalidade entre populismo e crise devem ser tomadas como base para uma análise política – entendendo em especial o impacto da mídia no processo de mediação da percepção popular sobre as instituições. Isso implica ter foco na percepção popular sobre a crise e não em medidas de impacto real da crise.

Nesse sentido, fica evidente que o populismo é tanto uma reação ao aumento percebido da seletividade do Estado capitalista, ou a uma conjectural incapacidade de afirmar ou aparentar sua neutralidade, gerando demanda por soberania popular, materializada na ascensão de líderes e partidos populistas.

O aumento da decepção popular com as falsas promessas do Estado gera uma grande diligência por representação popular e redução do Estado. Existe um aumento da percepção de injustiça e desigualdade promovidas pelo Estado, que promove uma política de transferência de renda ao contrário – dos pobres para os ricos – resultado de uma influência cada vez menos mediada entre o capital financeiro e as decisões políticas.

Surge, com isso, uma desconfiança popular sobre a competência e eficácia da Democracia Liberal em cumprir a promessa política de fornecer as condições dignas para as que as pessoas desenvolvam suas vidas, ressaltando assim o caráter mobilizador de privilégios e injustiças pelo Estado. Isso agrava a desconfiança ao “establishment”, à elite, e à própria democracia liberal, ainda que, como abordado anteriormente, diversos fatores possam operar para que essa elite seja concebida de variadas formas pela população e possa não incluir setores privilegiados.

Além disso, reforçamos a importância das mídias sociais e das novas tecnologias da comunicação em aumentar a percepção sobre a seletividade do Estado capitalista. Ao aumentar a interação popular e reduzir o impacto da mediação feita pela mídia e pelos “gatekeepers”, elas criam novas oportunidades de contestação da hegemonia, de caráter dúbio, representando tanto uma ameaça quanto uma oportunidade ao exercício da democracia.

Agradecimentos

Este trabalho foi apoiado pelo INCT - Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação.

Referências

- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. **Social Media and Fake News in the 2016 Election**. Cambridge, Massachusetts: NBER, 2017.
- BASTOS, Marco T.; MERCEA, Dan. The Brexit botnet and user-generated hyperpartisan news. **Social Science Computer Review**, 2017.
- BESSI, A.; FERRARA, E. Social bots distort the 2016 U.S. Presidential election online discussion. **First Monday**, v. 21, n. 11, p. 1–14, 2016.
- BRACCIALE, R.; MARTELLA, A. Define the populist political communication style: the case of Italian political leaders on Twitter Italian political leaders on Twitter. v. 4462, n. May, 2017.
- BRUNS, A. **Blogs, Wikipedia, Second Life and Beyond: From Production to produsage**. New York: Peter Lang, 2008.
- CAROTHERS, T.; YOUNGS, R. The Complexities of Global Protests. **Carnegie Endowment for International Peace**, 2015.
- COX, M. The rise of populism and the crisis of globalisation: Brexit, Trump and beyond. **Irish Studies in International Affairs**, v. 28, n. 2017, p. 9–17, 2017.
- DAVIES, W. A Review of Arlie Russell Hochschild’s *Strangers in their Own Land: Anger and Mourning on the American Right* (2016: New York: New Press, 351pp), 2017.
- ENGESSER, S.; FAWZI, N.; LARSSON, A. O. Populist online communication: introduction to the special issue. v. 4462, n. May, 2017.
- FUCHS, C. Anonymous: Hacktivism and Contemporary Politics. **Social Media, Politics and the State**, p. 88–106, 2014.
- GANS, H. J. Deciding what’s news: Story suitability. **Society**, v. 16, n. 3, p. 65–77, 1979.

GARCÍA, C. et al. What can Twitter tell us about social movements' network topology and centrality? Analysing the case of the 2011 – 2013 Chilean student movement. **Inst. J. Organisational Design and Engineering**, v. 3, n. 3/4, p. 317–337, 2014.

GERBAUDO, Paolo. Social media and populism: an elective affinity? **Media, Culture & Society**, v. 40, n. 5, p. 745-753, 2018.

GERBAUDO, P. Populism 2.0: Social media activism, the generic Internet user and interactive direct democracy. n. Gerbaudo 2012, p. 1–26, 2013.

GERBAUDO, P.; TRERÉ, E. In search of the 'we' of social media activism: introduction to the special issue on social media and protest identities. **Information, Communication & Society**, v. 18, n. 8, p. 865–871, 2015.

HATAKKA, N. When logics of party politics and online activism collide: The populist Finns Party's identity under negotiation. **New Media & Society**, p. 1–17, 2016.

HOCHSCHILD, A. R. **Strangers in their Own Land: anger and mourning on the american right**. New York: The New press, 2016.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. Trump and the Populist Authoritarian Parties: The Silent Revolution in Reverse. **Perspectives on Politics**, v. 15, n. 02, p. 443–454, 8 jun. 2017.

JAGERS, J. A. N.; WALGRAVE, S. Populism as political communication style: An empirical study of political parties' discourse in Belgium. v. 2006, p. 319–345, 2007.

KATZ, E.; BLUMLER, J. G.; GUREVITCH, M. Uses and Gratifications Research. **Public Opinion Quarterly**, v. 37, n. 4, p. 509, 1973.

KAVADA, A. Between Individuality and Collectiveness. **International Journal of E-Politics**, v. 1, n. 1, p. 41–56, 2010.

KIOUPKIOLIS, A. Podemos: the ambiguous promises of left-wing populism in contemporary Spain. **Journal of Political Ideologies**, v. 21, n. 2, p. 1–22, 2016.

LACLAU, E. **On Populist Reason**. London: Verso, 2005.

MALONE, J. J. **Examining the Rise of Right Wing Populist Parties in Western Europe**. 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **The German Ideology**. New York: International Publishers, 1970.

MIGUEL, L. F. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **Dados**, v. 45, n. 3, p. 483–511, 2002.

MIGUEL, L. F. O representante como protetor: incursões na representação política "vista de baixo". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 31–47, 2012.

MOUFFE, C. **El Retorno de lo Político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo y democracia radical**. [s.l.: s.n.]. v. 54

MÜLLER, J.-W. **What Is Populism?** Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2016.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash**. [s.l.: s.n.].

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and the Rise of Authoritarian Populism**. [s.l.: s.n.].

- OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. [s.l.: s.n.].
- PARISER, E. **The filter bubble : what the Internet is hiding from you**. [s.l.] Viking, 2011.
- RODRIK, D. Populism and the Economics of Globalization. **SSRN Electronic Journal**, 2017.
- SCHULZ, Anne; WIRTH, Werner; MÜLLER, Philipp. We are the people and you are fake news: A social identity approach to populist citizens' false consensus and hostile media perceptions. **Communication Research**, 2018.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- SHAO, C. et al. **The spread of fake news by social bots** Bloomington/India University, , 2017. Disponível em: <<https://arxiv.org/pdf/1707.07592.pdf>>
- STREECK, W.; MORALES, A. As crises do capitalismo democrático. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 92, p. 35–56, 2012.
- STROMER-GALLEY, J. New voices in the public sphere: A comparative analysis of interpersonal and online political talk. **Javnost/The Public**, v. 9, n. 2, p. 23–42, 2002.
- TUFIŞ, C. D. A Critique of Inglehart's Theory of Postmaterialism. **Revista de Cercetări Sociale**, v. 3–4, n. 7, p. 149–157, 2000.
- VITULLO, G. Representação política e democracia representativa são expressões inseparáveis? Elementos para uma teoria democrática pós-representativa e pós-liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 271–301, 2009.
- VITULLO, G. E. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, p. 53–60, 2001.
- VOLK, C. Why we protest: Zur politischen Dimension transnationaler Protestbewegungen. In: DAASE, C. et al. (Eds.). **Herrschaft in Den Internationalen Beziehungen**. [s.l.] Springer Verlag, 2017. p. 151–177.
- WEBER, MA. **Max Weber's Complete Writings on Academic and Political Vocations**. New York: Algora Publishing, 2008.
- WELLMAN, B.; HAYTHORNTHWAITE, C. **The Internet in Everyday Life**. [s.l.] Blackwell Publishing, 2002.